

**POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE  
EJA (UNED-MOSSORÓ)**

**Jailton Barbosa dos Santos**

Núcleo de Estudo de Ciências e Tecnologias Ambientais –NECTA/CEFET-RN  
Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400, Pres. Costa e Silva, CEP 59628-330, Mossoró(RN)  
E-mail: [jailton@cefetrn.br](mailto:jailton@cefetrn.br)

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho constitui o relato da experiência vivificada durante o período em que foi ministrado o eixo temático (ou disciplina) “Políticas e legislação educacional” para alunos do curso de especialização em educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), na cidade de Mossoró (RN).

Como conteúdos foram abordados os marcos políticos e legais e os processos de lutas e conquistas da educação profissional técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos, numa retrospectiva histórica, tomando por base os princípios de uma educação inclusiva e permanente durante toda a vida.

Cabe ressaltar que a atenção dada a esse conteúdo vem crescendo a cada ano no interior das universidades e na produção do pensamento pedagógico brasileiro. Em termos de produção teórica é possível perceber que no país já se tem farto material, no entanto, ainda se sente falta de uma produção docente efetiva que aborde as políticas e legislação educacional confrontando a teoria e a prática.

Um outro olhar mais profundo sobre o tema, pode nos mostrar que as universidades em seus cursos de pedagogia têm priorizado a disciplina “Estrutura e funcionamento do ensino” (focado no pragmatismo das escolas) em detrimento de uma formação política educacional aprofundada e conhecimento da legislação brasileira.

### **OBJETIVOS**

Como objetivo geral propôs-se conhecer e interpretar os marcos políticos e legais da educação profissional técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos sob diferentes ângulos de vista, visando contribuir para formação de uma nova concepção de educação de jovens e adultos no Brasil.

Os objetivos específicos foram estabelecidos com o fim de aprofundar o tema de maneira pontual. Assim, foram relacionados:

- a) conhecer a partir de um referencial histórico-crítico os marcos políticos e legais da educação brasileira;
- b) relacionar os quadros político e legal da educação profissional técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos sob diversos pontos de vista, visando contribuir para formação e difusão de uma concepção crítica da legislação que trata da educação nacional;
- c) interpretar a legislação educacional sob diversos olhares, em especial, os marcos legais da educação profissional e da educação de jovens e adultos numa perspectiva de educação inclusiva, a fim de permitir a implementação de ações que ajudem a transformar a realidade da educação brasileira.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia adotada foi estruturada nas seguintes atividades, além de outras: 1) estudo de documentos oficiais pertinentes à educação brasileira e, principalmente, aqueles centrados na educação profissional de nível médio e educação de jovens e adultos; 2) estudo de texto do referencial bibliográfico preliminarmente selecionado; 3) uso de filmes e vídeos a fim de instigar o debate sobre determinado tema; 4) realização de seminários integradores do eixo temático como ferramenta criadora de possibilidades para discussão do tema e como instrumento de avaliação, uma vez que nesses momentos foi possível, através da participação dos alunos, verificar a evolução gradativa da aprendizagem à medida que o curso caminhava.

Como ponto de destaque metodológico, pode-se identificar a participação de autoridades convidadas com o fim de enriquecer o debate e permitir a articulação do conhecimento teórico com os conhecimentos prático e contextualizado da educação brasileira nas esferas competentes: 1) A reforma do Ensino Médio foi objeto de debate com a participação de pedagoga do CEFET que apresentou arcabouço teórico e também sua vivência quanto ao tema; 2) A Reforma da Educação Profissional foi objeto de trabalho com pedagoga do CEFET que a partir de referenciais teóricos e de sua vivência estimulou o debate em torno dos avanços e retrocesso; 3) O financiamento da educação profissional recebeu um tratamento teórico e contextualizado por um pedagogo do CEFET, especialista em filosofia, que abordou o problema do financiamento da educação brasileira, em especial, o Programa da Reforma da Educação Profissional (PROEP); 4) A educação de Jovens e adultos na educação básica foi objeto de debate a partir da apresentação da conjuntura brasileira e das ações do governo do Estado pela Coordenadora da EJA da 12ª Diretoria Regional de Educação - DIREDE. 5) A EJA no Ensino Fundamental e a educação especial foram outros pontos apresentados por coordenadores da prefeitura municipal de Mossoró que abordaram as ações desenvolvidas no âmbito do governo municipal. Tudo isso faz perceber que é possível tornar o ensino desse eixo temático bem mais agradável, através das participações de profissionais da área, que experimentam nas secretarias dos diferentes governos, o desafio de unir teoria e prática, aprofundando o debate em sala de aula e permitindo diversos olhares sobre as políticas e a legislação educacional brasileira.

Também, executou-se um seminário integrador interdisciplinar entre os eixos temáticos: Teoria e prática da pesquisa na educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade EJA e políticas e legislação educacional. Nesse seminário os alunos foram distribuídos em equipes, produziram e apresentaram um ensaio científico sobre cinco temas: 1) concepções filosóficas e curriculares; 2) financiamento da educação; 3) formação de professores; 4) infra-estrutura física das escolas; 5) envolvimento das diferentes esferas de governo na EJA.

O objetivo principal dessa atividade foi fazer com que os alunos articulassem os primeiros passos da investigação científica e levantassem as possibilidades concretas de integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio na modalidade EJA.

Cabe registrar a disposição dos alunos, professores e pedagogos, muitos deles trabalhadores em mais de um estabelecimento de ensino dos sistemas federal, estadual, municipal e privado, que foram a campo pesquisar sem medir esforços, em lugares como na 12ª DIREDE, na Faculdade de Educação da UERN e na Gerência Executiva de Educação do município de Mossoró. Quanto à infra-estrutura física do curso, vê-se sua importância para a qualidade das atividades, uma vez que fora colocado a disposição do curso: sala de aula climatizada, móveis em ótimo estado, computador moderno, internet, televisor de 37 polegadas, aparelhos de som, aparelhos VHS e DVD.

## **RESULTADOS**

Para melhor compreensão do conteúdo, o eixo temático foi distribuído em cinco unidades, essa estratégia também teve o condão de melhor atender o aprofundamento dos temas. Unidade 1: resgate histórico sobre a política educacional no Brasil. Unidade 2: Políticas e legislação da educação básica. Unidade 3: políticas e legislação da educação de Jovens e Adultos e Unidade 4: Política e legislação da educação profissional, sendo que as políticas de educação inclusiva e de educação especial, constituíram temas transversais passando ao longo de todas as unidades.

### **1. Política educacional no Brasil**

Inicialmente, discutimos o conceito de política educacional, usando como texto base o livro de MARTINS (1998), “O que é Política educacional?”, no qual a autora argumenta que “a política educacional, pressupõe organização, seletividade e criteriosa sobre o que será ou não transmitido.” E, que a conceitua como “um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada sequencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses que se tem em relação aos aprendizes envolvidos nesse processo”.

O pensamento de outros autores também foi apresentado durante essa fase, COIMBRA (1987), por exemplo, entende a política educacional como fração da política social e considera que ela se engendra como resposta a uma pluralidade de atores que não se constituem categorias sociais compactas, homogêneas e monolíticas. Já GERMANO (2005) citando CUNHA (1983) entende por política educacional “o conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (propriamente escolar ou não)...”

A partir desses conceitos é possível entender que para construirmos a sociedade que queremos, precisamos lançar mão da política educacional como um dos instrumentos, pois ela é capaz de “projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita.”. Por esse pensamento, a política educacional ajuda a fazer os tipos de indivíduos, definindo a forma e o conteúdo do saber a ser transmitido podendo incluir ou excluir valores.

A intenção de uma política educacional pode ser clara e visível ou então obscura e camuflada. Por isso, merecem reflexão as palavras de FREIRE (1996) quando nos avisa que “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”.

A partir das diferentes concepções de política educacional surgem novos elementos que procuram atribuir à educação escolar moderna, a obrigação de dar conta de tudo. A ela são atribuídas responsabilidades tais como: desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental, fim do desemprego, bem estar da sociedade, segurança pública, política de inclusão social (bolsa-renda, bolsa-escola, bolsa-família). Guardadas as devidas diferenças, parafraseando Francisco de Oliveira, pode-se aplicar à educação moderna a tese da “Metáfora do Ornitorrinco” usada pelo autor para mostrar a crise de identidade da economia brasileira.

Com o mesmo ponto de vista FRIGOTO (1988) chama atenção, para o fato de que “há necessidade de ter-se clareza sobre a especificidade do campo educacional, sua natureza, sua força e seus limites”.

Quanto ao pensamento ideológico, percebe-se muito claramente no plano eleitoral dos candidatos que, enquanto no discurso a educação é colocada como prioridade, o que ocorre na prática são escolas públicas de péssima qualidade, baixos salários pagos aos trabalhadores em educação e setor privado sustentado pelo contribuinte com recursos financeiros cada vez mais elevados.

Reforçando essa tese o documento base do MEC para o PROEJA afirma, “Indicadores educacionais, como os apresentados, ganham vida quando se circula nos diferentes espaços da EJA existentes em todo o país, constatando-se que, atrás dos números, há milhões de pessoas que convive cotidianamente com condições de oferta e de permanência precárias; com má qualidade de ensino e com uma modalidade educacional desvalorizada socialmente.”

O contexto histórico e a conjuntura da Educação de Jovens e Adultos no Brasil foram enfocados conforme o Parecer CEB/CNE Nº 11/2000. Também se fez uma leitura da Legislação Educação Brasileira em seu contexto histórico, percorrendo sobre a educação numa ordem cronológica através das Cartas constitucionais. Além disso, trabalhou-se o referencial normativo regulado pelas LDB’s da Educação Nacional (4.024/61 e 5.692/71) e os princípios e diretrizes da Lei 9.394/96 (LDB nacional vigente), procurando focar o estudo na educação de nível básico, nas modalidades profissional e de jovens e adultos.

Para melhor aprofundamento do tema estudou-se o texto “Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova LDB”, no qual SEVERINO (2000) aborda toda a tramitação da Projeto de Lei que deu origem a Lei 9.394/96 no Congresso nacional, mostrando detalhadamente a influência que o projeto sofreu à medida em que os grupos interessados o emendava.

### **2. Políticas e Legislação da Educação Básica**

A trajetória da educação básica no Brasil foi objeto de estudo conforme a leitura da bibliografia pré-estabelecida. Um dos textos abordado foi “a educação básica redimensionada”, no qual, PEREIRA e TEXEIRA (2000) detalham as transformações sofridas pela educação básica na atual LDB.

A dimensão política dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Médio também foi objeto de estudo enquanto instrumentos de reforma educacional, em especial, aquela vivenciada nos anos 90.

Na fundamentação teórica se inseriu o pensamento de KUENZER (2001), especialmente, suas reflexões a partir do texto “o ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil”. Cabe destacar a análise contundente da autora sobre os seguintes temas: questões críticas da educação brasileira; os pontos críticos do Ensino Médio; a Teoria do Capital Humano; prioridades do governo neoliberal; políticas do Banco Mundial; “imbroglio” de competências e equívoco do PL 1603/96 (origem do Dec. 2208/97);

### **3. Políticas e Legislação da educação de Jovens e Adultos**

Iniciou-se esse momento de estudo com a leitura das concepções políticas e filosóficas contidas no Parecer CNE/CEB\_11/2000 e na Resolução CNE/CEB nº 01, de 05/07/2000, marcos referenciais que acolhem as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos no Brasil.

O documento “Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea” (UNESCO, MEC, 2004) foi objeto de estudo como também a Educação de Jovens e Adultos na LDB (Lei 9.394/96, art. 37 e seguintes), outras fontes que contém os marcos políticos, históricos e legais para o tema.

A leitura do texto de Sérgio HADDAD (2000), “A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB” foi importante atividade desenvolvida pelos alunos, contribuindo com a profundidade do debate sobre a concepção de educação de jovens e adultos no Brasil.

Trazendo o tema para uma realidade mais próxima do aluno, estudou-se o Plano Decenal de Educação do RN (1997-2007) na parte que aborda a EJA na educação básica, já no âmbito municipal, estudou-se o Plano Municipal de Educação de Mossoró (Lei municipal nº 1.978/2004), no qual se procurou trazer para discussão a realidade local.

Algumas experiências de EJA foram objetos de estudo nessa etapa, o “PROEEJA-UERN” (COSTA, 2002) foi a experiência estudada com mais profundidade.

### **4. Políticas e Legislação da educação profissional**

Retomando a trajetória da educação profissional no Brasil, faz-se uma leitura do Parecer CNE/CEB Nº 16/99 e da Resolução CNE/CEB n. 04/99 e anexos, documentos que dispõem sobre as diretrizes curriculares para a educação profissional no Brasil.

O financiamento da educação profissional foi tema de uma abordagem política e filosófica na qual o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP foi debatido enquanto marco político do financiamento da educação profissional sob a égide do decreto 2208/97 e portaria 664/97 ambos revogado pela legislação atual que referencia a educação técnica e tecnológica.

Ao estudar a educação profissional integrada ao Ensino médio (Decreto 5.154/2004) buscou-se como fundamentação teórica o pensamento de FRIGOTO (2005); de FRIGOTO e CIAVATTA (2005) e de RAMOS (2005), em especial, os respectivos textos: “A formação do cidadão produtivo”; “A gênese do dec. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita” e “Ensino Médio Integrado: concepções e contradições”.

Retomou-se o estudo do documento base do PROEJA, dessa vez articulado com os Decretos 5.784/05 (revogado) e 5.840/06 (13 de julho de 2006), debateu-se também o momento histórico e político pelo qual passa a educação profissional e a educação de jovens e adultos no Brasil, em particular, no Rio Grande do Norte.

Cabe destacar em todo o estudo, a concepção de uma Educação de Jovens e Adultos vista na perspectiva de educação inclusiva e ainda, *pari passu* às políticas educacionais, foi inserida no debate uma preocupação com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais para a Educação Especial além de conceber a Educação de Jovens e Adultos no mesmo patamar dos direitos a diversidade: cultural, de raça, de cor, de crença e de pensamento para construção de uma sociedade plural.

### **Conclusão**

A concepção de direito à educação tem avançado na sociedade brasileira e constituído um campo de saber próprio em plena evolução, isto é, o Direito Educacional.

Atualmente, percebe-se uma preocupação com a disciplina Políticas e Legislação Educacional nas universidades brasileiras, uma vez que é preciso entender numa dimensão histórico - crítica os movimentos políticos e filosóficos que criam corpo dentro da escola.

A (im)produtividade docente foi tema de debate durante o curso, tese levantada e compartilha por docente e alunos conclui que os professores brasileiros escrevem muito pouco sobre sua prática. Muitas são as causas apontadas para essa situação, contudo faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os efeitos e suas causas.

Os momentos principais dessa experiência, sem dúvida, foram aqueles em que os alunos apresentaram os resultados de investigações contextualizadas com suas experiências em suas diversas áreas de formação (químicos, engenheiros, matemáticos, físicos, pedagogos e licenciados em outras áreas).

O ponto forte da metodologia foi o planejamento e a execução de seminários com o escopo de articular conhecimento teórico-científico e do mundo prático através da vivência da realidade dos alunos. Anote-se que, a cada unidade os alunos recebiam questionários que os auxiliavam no aprofundamento dos referenciais teóricos.

Em nossa avaliação, a experiência apresentou um resultado muito positivo, pois venceu a barreira instalada na cabeça do educador brasileiro de que estudar políticas e a legislação da educacional não deve fazer parte de sua prática, pensamento equivocado, pois esquece que esses conteúdos são fundamentais para a construção uma educação numa perspectiva histórico - crítica e de uma sociedade ética, justa e igualitária.

Registre-se que, nesse trabalho foi possível perceber que existe ainda em nosso país, nesse caso particular, Mossoró no Rio Grande do Norte, muitos professores e pedagogos movidos pelo “encantamento” de ser educador, apesar dos limites e desafios que afloram de políticas educacionais que precisariam de um maior planejamento, como a que propõe integrar três modalidades educacionais (educação profissional, educação básica e educação de jovens e adultos).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso 07.04.2006.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: 5 de outubro 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº. 1/2000**, de 1º de julho de 2000. Institui Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: 1º de julho de 2000.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000**, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: 10 de maio de 2000.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº. 4/1999**, de 8 de novembro de 1999. Institui Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: 8 de novembro de 1999.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº. 16/1999**, de 5 de outubro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: 5 de outubro de 1999.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº. 3/1998**, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, DF: 26 de junho de 1998.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº. 15/1998**, de 1º de junho de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, DF: 1º de junho de 1998.

BRZEZINSKI, Iria (Org.) **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 308p.

CABRAL NETO, Antônio. **Política educacional: desafios e tendências**. São Paulo: Sulina, 2005.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 12ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

CURY, C. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DOURADO, L. F. PARO, V. H. **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001, 158p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo**. A cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006, 372p. [www.inep.gov.br/publicacoes](http://www.inep.gov.br/publicacoes). <acesso em 23/07/2006>.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. 5 Ed.. São Paulo: Cortez, 1999.

GERMANO, J. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005, 297p.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO (LDB). LEI 9.394 de 20 de dezembro de 1996. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br). <acesso em 23/07/2006>.

PERONI, Vera. **Política Educacional e Papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>. <Acesso em 07/04/2006>.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional?** Coleção Primeiros Passos. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

MARX, K.; Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006, 147p.

SADER E. e GENTILI, P.(org). **Pós-neoliberalismo**: políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 203p.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com/juventudes**. Brasília: Unesco, 2005.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. (Relatório da UNESCO da educação para o século XXI). 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999, 288p.

RAMOS, Marise(Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.